

MARÍLIA DA SILVA PEREIRA

**A IMPORTÂNCIA DA LINGUAGEM MUSICAL NO TRABALHO COM OS BEBÊS
NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

GOIÂNIA
2022

MARÍLIA DA SILVA PEREIRA

**A IMPORTÂNCIA DA LINGUAGEM MUSICAL NO TRABALHO COM OS BEBÊS
NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Monografia elaborada para fins de avaliação parcial de Trabalho de Conclusão de Curso, do Curso de Pedagogia, da Escola de Formação de Professores e Humanidades, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Professor Orientador: Frederico Dourado R. Morais

GOIÂNIA
2022

MARÍLIA DA SILVA PEREIRA

**A IMPORTÂNCIA DA LINGUAGEM MUSICAL NO TRABALHO COM OS BEBÊS
NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Apresentação de TCC, na modalidade de Monografia, no Curso de Pedagogia, da Escola de Formação de Professores e Humanidades, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Professor Orientador: Me. Frederico Dourado R. Morais _____

Conteúdo: (até 7,0) _____ ()
Apresentação Oral: (até 3,0) _____ ()

Professora Convidada: Me. Raquia Rabelo Rogeri _____

Conteúdo: (até 7,0) _____ ()
Apresentação Oral: (até 3,0) _____ ()

Nota final: _____ ()

Goiânia, ___/___/2022

À Deus, por me fazer forte e resiliente nos momentos difíceis;
aos meus pais, grandes incentivadores nos meus estudos
(Erlson e Maria José) e aos professores que compuseram minha
trajetória acadêmica.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela força nos momentos difíceis, não deixando desistir frente aos imprevistos que surgiram ao longo dos quatro anos.

Sou grata ao vestibular social oferecido pela PUC-Goiás com bolsa de estudo e ao programa de bolsa universitária da OVG, que facilitaram a realização do sonho de cursar o ensino superior.

Ao Orientador Prof.^o(o) Frederico Dourado pela paciência e competência na orientação deste estudo.

A todos os professores da Escola de Formação de Professores e Humanidades pela contribuição na minha formação acadêmica. A eles o meu carinho e gratidão.

Aos estágios na Educação Infantil, por propiciarem oportunidades de completar e aperfeiçoar a minha formação acadêmica, oportunizando vivências, aprendizado, reflexões, e questionamentos sobre as práticas pedagógicas, que serviram para certificar a minha escolha pelo curso de Pedagogia

À minha família e humana pelo incentivo e apoio nos estudos e a minha família de pets pelo companheirismo nas madrugadas de leituras e escrita deste trabalho.

Se fosse ensinar a uma criança a beleza da música não começaria com partituras, notas e pautas. Ouviríamos juntos as melodias mais gostosas e lhe contaria sobre os instrumentos que fazem a música. Ai, encantada com a beleza da música, ela mesma me pediria que lhe ensinasse o mistério.

Rubem Alves (2008)

RESUMO

Esta pesquisa, de cunho bibliográfico e análise qualitativa, tem como objetivo discutir sobre a importância da musicalização com os bebês como instrumento no processo de ensino aprendizagem. Este estudo fundamentou-se em teóricos que abordam o tema de músicas para bebês, bem como os documentos que orientam a utilização da musicalização nas atividades com bebês. O estudo do tema indicou a relevância da utilização da música nas atividades pedagógicas visto que a música faz parte do cotidiano do ser humano desde a vida uterina até o fim da vida. Neste sentido a linguagem musical é atividade útil nas práticas pedagógicas, pois, auxilia no processo de ensino e aprendizagem de instituições de Educação Infantil, promovendo aquisição de habilidades motora, cognitiva e afetiva e apropriação da cultura musical.

Palavras-chave: Musicalização. Educação Infantil. Aprendizagem.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I EDUCAÇÃO INFANTIL: DIREITO E CURRÍCULO	11
CAPÍTULO II AS CONTRIBUIÇÕES DA LINGUAGEM MUSICAL PARA OS BEBÊS NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	20
CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
REFERÊNCIAS.....	30

INTRODUÇÃO

A presente monografia, exigida aos acadêmicos do 8º período de Pedagogia, tem por finalidade contribuir para que o acadêmico faça relação entre os conteúdos estudados durante o curso e as vivências do cotidiano. Desse modo, a proposta traz a discussão da importância da linguagem musical no trabalho com os bebês na Educação Infantil. O objetivo é compreender a importância da linguagem musical na Educação Infantil e analisar as contribuições que a linguagem musical proporciona na aprendizagem e interações na vida dos bebês.

A linguagem musical é um tema relevante para elaboração de um plano de pesquisa, porque a música está presente no cotidiano social, cultural e educativo da humanidade. Além de ser uma atividade útil nas práticas pedagógicas, pois, auxilia no processo de ensino e aprendizagem de instituições de Educação Infantil, promovendo aquisição de habilidades motora, cognitiva e afetiva e apropriação da cultura musical.

Trata-se de uma temática importante a ser discutida sobre professores no exercício constante da dimensão afetiva em suas práticas pedagógicas, visando à formação integral do aluno. Para essa discussão, há o seguinte problema: Qual a importância da linguagem musical para a aprendizagem e as interações sociais dos bebês?

O percurso para a elaboração deste trabalho iniciou no 7º período, na monografia I, com a escolha do tema, a definição do problema, as leituras de textos sobre a temática, os encontros e as orientações para a montagem do projeto monográfico. No 8º período, revisou-se o problema e os assuntos dos capítulos. Nessa conjuntura, a fundamentação teórica da pesquisa contou, além dos autores: FILIPIM, ROSSI, RODRIGUES (2017), GOBATTO (2011), ILARI ((2002), LOUREIRO (2009), PINHEIRO (2021), SOARES (2007) e FARIA (), Além de documentos legais como as Diretrizes Nacionais para Educação Básica (DCNEI) e Base Nacional Comum Curricular (Plano Nacional de Educação 2014-2024, Lei de Diretrizes e Base da Educação 93994/96.

O aporte metodológico é de pesquisa exploratória, com a coleta de dados, na modalidade de pesquisa bibliográfica. O método utiliza a abordagem qualitativa e descritiva, por considerar que ele permite entender, explicar, descrever a investigação

do estudo. Os procedimentos da metodologia partiram de etapas, primeiramente discutidas para a definição do problema.

A finalidade traz a musicalização como relevância do processo de aprendizagem dos bebês. A pesquisa é de cunho bibliográfico com levantamento em documentos que enfatizam a importância da música para contemplar habilidades.

A escolha desse tema surgiu de vivências pessoais educativas, ao qual a música sempre esteve presente, bem como, nas experiências de estágios supervisionados e nos estágios não obrigatório em escolas da rede privada. Nestas experiências percebe-se o quanto as crianças se envolvem nas rodas de músicas. O que ocasionou o interesse de compreender a importância da linguagem musical na Educação Infantil e analisar as contribuições que a linguagem musical proporciona na aprendizagem, desenvolvimento e interações dos bebês.

Neste sentido a presente monografia está dividida em dois capítulos. No primeiro capítulo discute-se a contextualização da educação infantil, bem com o currículo para a mesma considerando a musicalização no processo de ensino aprendizagem em acordo com a Base Nacional Comum Curricular. Proporcionando o desenvolvimento pleno do sujeito articulado às habilidades a serem alcançadas. No segundo capítulo aborda-se sobre a contribuição pedagógica da utilização música nas atividades educativas com crianças pequenas. Corroborando com o desenvolvimento cognitivo, motor e afetivo.

CAPÍTULO I EDUCAÇÃO INFANTIL: DIREITO E CURRÍCULO

A educação básica brasileira está dividida em três etapas: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Por aqui, focaremos na primeira etapa, contextualizando a sua inserção na educação dos sujeitos, quem são os sujeitos de direito e quais são os documentos que norteiam a prática pedagógica dos profissionais que atendem esse público.

Primeiramente torna-se necessário esclarecer que a Educação Infantil é norteada por documentos oficiais que à rege, entre os quais, está a constituição/88, a LDB/96(Lei de Diretrizes e Base da Educação), DCNs (Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação) e atualmente a BNCC (Base Nacional Comum Curricular)

Vejamos o que orienta as (DCNEI) Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil a respeito da oferta e suas características nesses espaços. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil:

A educação infantil é a primeira etapa da educação básica oferecida em creches e pré-escolas, as quais se caracterizam como espaços institucionais e não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionado por órgãos competentes do sistema de ensino e submetidos ao controle social “. (DCNEI, 2010, p.12)

Partido desse ponto, as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil, esclarece que a educação infantil possui uma organização bem planejada. com espaços destinados à sua oferta e atende um público específico, e que esses espaços são regulamentados por órgãos do sistema de ensino com todo rigor das leis que regem a educação brasileira.

A DCN para Educação Infantil aponta três princípios básicos que direcionam as práticas pedagógicas a seguirem os princípios éticos, políticos e estéticos, por serem fundamentais no respeito a diferentes culturas, direitos cidadão e manifestação artística. Essa breve apresentação da estrutura da Educação Infantil, nos remete a compreender o conceito de criança, que de acordo com a DCNEI, 2010:

criança é um sujeito histórico e de direito que, nas interações relações e práticas cotidianas que vivência, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca imagina, fantasia deseja aprende observa, experimenta, narra,

questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (DCNEI,2010, p.12)

Neste sentido a criança possui uma importância na sociedade atual, mas nem sempre, de acordo com a literatura, foi-se dada ênfase à criança, infância, tão pouco à educação escolar que por direito mereciam.

Antigamente no Brasil Império segundo Filipim, Rossi e Rodrigues, (2017), as crianças eram abandonadas nas portas de casas, Igrejas e até mesmo nas ruas. Como o número de crianças abandonadas foi crescendo surgiu também certa preocupação e parceria com as igrejas para que cuidasse dessas crianças, surgindo a tal conhecida roda dos expostos. Essa roda dos expostos perdurou por muito tempo sendo o primeiro local de assistência às crianças, mesmo as abandonadas, e tinha o caráter assistencialista.

De acordo com os estudos de (FILIPIM; ROSSI; RODRIGUES, 2017) a educação das crianças se mistura com outros acontecimentos históricos quanto aos seus direitos, pois:

É importante observar que, ao se abordar o tema da educação das crianças pequenas, a discussão se mistura com a história dos direitos da infância, daquilo que socialmente foi sendo construído como compreensão da própria infância e dos direitos que ela possui. Trata-se de um processo de mudança de hábitos e práticas no sentido da defesa da pessoa humana. Estudos têm assinalado que, quando o tema é a criação de espaços específicos cujo objetivo é a educação, tal iniciativa, no Brasil, desenvolveu-se no final do século XIX, quando o governo, de maneira oficial, pronunciou-se em relação aos alunos que não possuíam a idade mínima de sete anos para adentrar nas escolas primárias. (FILIPIM; ROSSI; RODRIGUES, 2017, p. 609).

Segundo (Filipim; Rossi; Rodrigues, 2017, p.608) a mudança para o caráter educativo somente ocorreu no século XIX com a reforma do Leôncio de Carvalho em 1879 para crianças de 3 aos 7 anos. Embora já existisse um jardim de infância em 1875 para meninos do sexo masculino e da elite. As crianças menores de 3 anos só foram ter espaços criados para elas em 1899 quando surgiu as creches para atender mães trabalhadoras de uma fábrica, de caráter assistencialista.

Até esse dado momento temporal, não tinha sido instituído uma lei para atender de fato às crianças, garantindo todos os seus direitos que atualmente conhecemos. Com a primeira Lei de Diretrizes Base da Educação Nacional (LDBEN) nº 4.024/61 a Educação Infantil começa a ter corpo. As escolas maternas

denominadas pré-escolas inspiradas nas escolas francesas eram oferecidas sem obrigatoriedade para crianças de idade inferior a 7 anos. A LDBEN/61 apontava que:

[.] Art. 23 - A educação pré-primária destina-se aos menores até sete anos, e será ministrada em escolas maternais ou jardins de infância. Art. 24. As empresas que tenham a seu serviço mães de menores de sete anos serão estimuladas a organizar e manter, por iniciativa própria ou em cooperação com os poderes públicos, instituições de educação pré-primária. (BRASIL, 1961).

Com a Constituição Federal de 88, a Educação Infantil ganha destaque como direito da criança e não da mãe trabalhadora. A obrigatoriedade de garantia para crianças de 4 anos ocorreu com a LDB DE 1996. Inicia-se a partir daqui um salto histórico para começar um breve aprofundamento da educação atual partindo da Constituição Federal de 1988 que em seus Art. 205, fala que é direito de todos terem uma educação de qualidade e é dever de todos (Estado e família) zelar pela educação onde está, será promovida e incentivada em consonância com a sociedade. No Art. 208 aborda a questão do dever do Estado com a efetivação da educação garantido:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria; II - progressiva universalização do ensino médio gratuito; III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade. (BRASIL, 1988).

A Educação Infantil foi inserida na educação básica outrora apenas com o caráter mais assistencialista e agora com o advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação e das Diretrizes Curriculares Nacionais ela passa a ganhar um princípio mais educacional de cuidar e educar de forma indissociável, portanto, a concepção que vincula educar e cuidar, entendendo o cuidado como algo indissociável do processo educativo.

Nesse contexto, as creches e pré-escolas, ao acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, e articulá-los em suas propostas pedagógicas, têm o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar à educação familiar – especialmente quando se trata da educação dos bebês e das crianças bem pequenas, que envolve aprendizagens muito próximas aos

dois contextos (familiar e escolar), como a socialização, a autonomia e a comunicação. (BRASIL, 2017, p. 36).

A Educação infantil começou a ser pensada quando no princípio atendia apenas crianças maiores a partir dos 4 anos, sendo ainda no modelo assistencialista. Contudo, com as mulheres passar a trabalhar fora de casa foi-se crescendo o número de bebês nas instituições de Educação Infantil.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento normativo que serve para definir de forma orgânica e progressista um conjunto de aprendizagens que os sujeitos devem desenvolver nas etapas ou modalidades de ensino brasileiro. Ela é referência para formular o currículo de todas as etapas educacionais de âmbito federal, estadual e municipal.

Segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) o processo de consolidação da concepção do cuidar e educar é algo indissociável. A Educação Infantil acolhe as experiências construídas pela criança no seu meio social e amplia essas experiências no ambiente educativo escolar, considerando os eixos estruturantes das práticas pedagógicas como interações e brincadeiras. Ou seja,

A interação durante o brincar caracteriza o cotidiano da infância, trazendo consigo muitas aprendizagens e potenciais para o desenvolvimento integral das crianças. Ao observar as interações e a brincadeira entre as crianças e delas com os adultos, é possível identificar, por exemplo, a expressão dos afetos, a mediação das frustrações, a resolução de conflitos e a regulação das emoções. (BRASIL, 2018, p. 36).

Estes eixos possibilitam aprendizagens e desenvolvimento, além de propiciar a socialização tão importante para as crianças de 0 a 5 anos de idade. Com base nos eixos a BNCC organiza o documento como fonte de garantir seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento que são: conviver, brincar, participar, explorar, expressar, conhecer-se.

O conviver remete a como as crianças socializam com o outro, seja ele adulto ou criança, fazendo uso de diversas linguagens e respeitando as diferenças que vão surgindo. O brincar traz a concepção de que a criança precisa de divertir e aprender na brincadeira, ou seja, a partir do brincar é possível ampliar seus conhecimentos, imaginação, criatividade além adquirir experiências, por isso, é tão fundamental o brincar desde os bebês.

Quando falamos do direito de participar estamos falando do momento de interação com o outro onde a criança vai se desenvolvendo construindo novas experiências de forma ativa e explorando os ambientes. Ao explorar com a participação e a brincadeira no convívio com o próximo a criança começa perceber e adquirir novos movimentos, palavras dentre outros, expressando-se de diversas formas e desenvolvendo a sensibilidade, a criatividade e linguagem e assim passando a se conhecer mais e o mundo ao seu redor. Assim a BNCC assinala que:

seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento asseguram, na Educação Infantil, as condições para que as crianças aprendam em situações nas quais possam desempenhar um papel ativo em ambientes que as convidem a vivenciar desafios e a sentirem-se provocadas a resolvê-los, nas quais possam construir significados sobre si, os outros e o mundo social e natural. (BRASIL, 2017, p. 37).

Ainda conforme a BNCC são considerados seguintes campos de experiências: o eu, o outro e o nós; corpo, gestos e movimentos; traços, sons, cores e formas; escuta, fala, pensamento e imaginação; espaços, tempos, quantidades, relações e transformações. Estes campos que irão organizar a forma como as crianças poderão aprender de acordo com cada ambiente possibilitando que aqueles direitos de aprendizagens sejam vivenciados e apreendidos.

O eu, o outro e o nós, que se trata de uma relação de interação da criança com outras pessoas e da construção de conhecimento e de autonomia através das vivências sociais. Pois, assim: “O eu, o outro e o nós – É na interação com os pares e com adultos que as crianças vão constituindo um modo próprio de agir, sentir e pensar e vão descobrindo que existem outros modos de vida, pessoas diferentes, com outros pontos de vista”. (BRASIL, 2017, p. 40).

Em relação ao corpo, gestos e movimentos, a criança usa esses meios como forma de descobrir o espaço, os elementos em sua volta e se expressam por meio da linguagem corporal e adquirem conhecimento de si próprio e com o outro. De acordo com a BNCC, a linguagem do corpo da criança dialoga com a linguagem musical, a linguagem da dança, teatral e das brincadeiras como forma de se exprimir e de conhecer seus limites e potencialidades.

Os traços, sons e formas se tratam do contato das crianças com as experiências das artes visuais e audiovisuais. Estas diversas linguagens contribuem nas criações artísticas e desperta a criatividade e a sensibilidade, sendo fundamental

na Educação infantil. A Escuta, a fala, pensamento e imaginação: Expõe a importância de propor as experiências de ouvir, falar.

Esses campos de experiências estão divididos por faixa etária com o objetivo de intensificar a aprendizagem e desenvolvimento, respeitando o ritmo de cada um. Na Creche divide-se em bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses); na Pré-escola crianças pequenas (4 a 5 anos e 11 meses). Como se vê o principal documento curricular do país organiza a estrutura curricular desta forma, trazendo uma preocupação com os comportamentos, habilidades e conhecimentos que serão apreendidos em cada campo de experiência da Educação Infantil.

Seguindo essa concepção, em cada campo de experiência espera-se que a criança e os bebês, este sendo nosso foco de estudo, alcancem os objetivos de aprendizagens propostos. Contudo, segundo alguns levantamentos da literatura percebe-se que não é tão simples alcançar esses objetivos ainda mais que muitos bebês e crianças ainda estão fora das instituições e ensino e os que estão entram em sua grande maioria na pré-escola, pois o número de vagas é mínimo, haja vista não ser obrigatório o ensino para crianças de até 3 anos. Segundo a Gobatto (2011): o currículo para bebês necessita de:

[...] Muitos consensos ainda precisam ser construídos: com relação à finalidade desta etapa de ensino, ao entendimento sobre qual currículo para bebês e crianças pequenas, aos meios para que sejam garantidas vagas com equidade e qualidade, às características do trabalho docente na creche: enfim, com relação ao desafio da construção de políticas de educação dessa faixa etária nas quais as crianças pequenas tenham centralidade nas proposições. Essas incertezas que caracterizam a educação infantil atualmente, atreladas a uma concepção que ainda predomina da escola infantil como espaço de guarda dos bebês, guiam práticas de cuidado e educação que pouco têm a oferecer aos bebês, ao não os contemplarem como sujeitos. (p.15).

A educação na Educação Infantil tem o intuito de promover e potencializar as múltiplas habilidades das crianças. Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica “a Educação Infantil tem por objetivo o desenvolvimento integral da criança até 5 (cinco) anos de idade, em seus aspectos físico, afetivo, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.” (BRASIL, 2013, p.38), por isso é fundamental a participação de todo um grupo social na educação desde os bebês, pois é com os pais e familiares que os bebês e crianças vão adquirindo seus primeiros conhecimentos.

Neste sentido e de acordo com a BNCC, os sujeitos inseridos na Educação Infantil, engloba as crianças de 0 a 5 anos de idade e que o grupo etário que corresponde os bebês são crianças de 0 a 1 ano e 6 meses de idade. As crianças da faixa etária de 1 ano e 7 meses até 3 anos e 11 meses, são as consideradas crianças bem pequenas, já as crianças de 4 a 5 anos e 11 meses são consideradas de crianças pequenas. Esta é a nomenclatura usada na BNCC para organizar os grupos etários da Educação Infantil e assim separa os objetivos de aprendizagem para cada um dos grupos.

A música tem muito a contribuir na aprendizagem dos bebês com o objetivo do campo de experiência o Eu, o outro e o nós (EIO1E004)¹ “comunicar necessidades, desejos e emoções, utilizando gestos, balbucios, palavras” (BRASIL, 2013, p.45). A música também propicia aprendizagem e desenvolvimento nos objetivos dos outros campos de experiências como no campo de experiência “corpo gesto e movimentos”, diretamente com o objetivo (EIO1CG03) “imitar gestos e movimentos de outras crianças, adultos e animais”.

No que tange o campo de experiência traços, sons, cores e formas a música se encaixa no objetivo proposto pela BNCC (Base Nacional Comum Curricular) (EIO1TS03) “Explorar diferentes fontes sonoras e materiais para acompanhar brincadeiras cantadas, canções, músicas e melodias”.

No campo de experiência fala, pensamento e imaginação (EIO1EF05), cantar com os bebês desenvolve neles a querer “imitar as variações de entonação e gestos realizados pelos adultos ao ler histórias e cantar” além de ajuda-los a querer “comunicar-se com outras pessoas usando movimentos, gestos, balbucios, fala e outras formas de expressão. Por último no campo de experiência Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações (EIO1ET06), a musicalização para os bebês propicia: “vivenciar diferentes ritmos, velocidades e fluxos nas interações e brincadeiras (em danças, balanços, escorregadores etc.)” (BRASIL,2013, p.45-51).

Portanto, é explícito que o currículo para os bebês se encontra recheado de possibilidades que contribui ricamente com o desenvolvimento deles, utilizando a

¹ Essas siglas são os códigos das habilidades. O primeiro par de letras identifica a Educação Infantil, o primeiro par de números a faixa de idade, o segundo par de letras o Campo de Experiência e o último par de números a posição sequencial da referida habilidade.

música como instrumento pedagógico nas práticas educativas da Educação Infantil nos espaços de creches e pré-escolas.

Quando fazemos o levantamento histórico da educação para os bebês percebemos que o caráter era de assistencialismo e essa concepção encontra-se enraizados nos dias atuais, principalmente pelas famílias que na maioria, os menos esclarecidos, concebem as creches e pré-escolas como garantia de cuidado, desvinculado do educar. Embora inúmeras mudanças tenham ocorrido, desde a constituição de 1988, a Educação Infantil ainda, engatinha pelo cenário educacional. De acordo com Gobbato(2011) “a história de atendimento às crianças a idade anterior a escolarização obrigatória foi marcada, em grande parte, por ações que priorizaram a guarda das crianças, sem ênfase nas preposições pedagógicas”.(p.25). Gobbato (2011) afirma:

a história de creche como “espaço de guarda” permite refletir acerca da construção do lugar das crianças bem pequenas nestes locais. Além disso, o entendimento da instituição simplesmente como espaços para os pais deixarem os filhos, mesmo diante do recente reconhecimento como o direito da criança, e da sua não visão como um espaço potencial para múltiplas aprendizagens. (p.28).

Infelizmente o que Gobbato (2011) cita acima é uma triste realidade de concepção de uma grande maioria de pessoas que atendem essas crianças, mesmo que na atualidade, as creches possuam um viés de princípios de cuidar e educar interligados, ainda existem muitas práticas que conservam a prática de cuidar em detrimento do educar, o que acaba empobrecendo as possibilidades de vivências dos bebês com o conhecimento científico. Nas creches e pré-escolas os bebês têm o direito de usufruir de todos os espaços da instituição.

Neste capítulo vimos que a Educação Infantil, no decorrer de sua trajetória conquistou o seu estado de direito às crianças pequenas, passando do caráter assistencialista para um viés educativo, movido pelos princípios básicos de cuidar e educar. Atualmente, A Educação Infantil tem o respaldo orientado pelos documentos legais no que se refere ao currículo. O currículo da educação brasileira é orientada pelo documento normativo denominado BNCC (Base Nacional Comum Curricular).

Na perspectiva de direito e currículo, a Educação infantil foi-se delineando no Brasil. Em consonância com o currículo, as contribuições da linguagem musical foram apresentando para esse público, que não poderia ser diferente, visto que a música

tem sua importância por ser um instrumento cultural de gerações, presente em todas as circunstâncias da vida humana. De acordo com os estudos para elaboração do capítulo dois, verificamos o quanto é rica a utilização deste instrumento de trabalho pedagógicos com crianças. Portanto, o capítulo dois, trata-se da relevância da musicalização no processo de aprendizagem das crianças, por envolver a ludicidade e promover que a criança amplie a linguagem verbal, bem como a habilidade cognitiva, motora e afetiva.

CAPÍTULO II AS CONTRIBUIÇÕES DA LINGUAGEM MUSICAL PARA OS BEBÊS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Para melhor compreender a importância da música na Educação infantil, é relevante olhar para seu contexto histórico e suas contribuições na atualidade. Para isso, Godoi (2011) afirma que a palavra música tem origem grega que significa “a arte das musas” e que no decorrer do tempo na idade média, a música era presente em ritos religiosos tanto da igreja católica quanto da igreja protestante. As músicas usadas nos ritos destas igrejas era o canto gregoriano. Posteriormente com a reforma protestante e a contra reforma a igreja católica passou a admitir o canto gregoriano de forma simplificada em seus ritos religiosos.

Segundo Godoi (2011) no século XVII a música barroca dominou o cenário europeu, e a ópera foi o estilo musical mais importante da época. A música barroca italiana era representada na voz de Antônio Vivaldi. No período do romantismo o sentimentalismo era uma característica nas músicas, havendo assim arranjos na música clássica. Beethoven é um compositor que surgiu neste período.

Percebe-se que por meio da leitura do texto de Godoi (2011) que a música tem um viés primeiramente ligado a religião e posteriormente, para assuntos políticos. A música brasileira é culturalmente miscigenada em decorrência da nossa formação racial, por essa assertiva Godoi (2011) afirma:

A música do Brasil se formou a partir da mistura de elementos europeus, africanos e indígenas, trazidos respectivamente por colonizadores portugueses, escravos e os padres jesuítas que a usava em cultos religiosos e para atrair atenção à fé cristã. Os nativos que aqui já habitavam também tinham suas práticas musicais, fato que ajudou a estabelecer uma enorme variedade de estilos musicais, que se solidificaram com o decorrer da história. (GODOI, 2011, p.12).

De acordo com Godoi (2011) os padres jesuítas usavam a música gregoriana na catequização dos índios. Neste período a música não tinha um viés educativo, ensinava-se apenas a tocar alguns instrumentos de forma aleatória e sem organização. No século XVII, segundo Godoi (2011) a música popular ganhou força com as danças africanas. No período colonial e imperial outras manifestações musicais chegaram ao Brasil, como por exemplo: os tangos, as polcas, as valsas entre outras.

No decorrer do texto Godoi (2011) explica como se deu a inserção da música na Educação Infantil. O autor fala que o ensino de música no Brasil em instituições de ensino foi regulamentado em 1854, embora a ótica inicial fosse de controle comportamental dos alunos.

A música só foi usada nas instituições de Educação Infantil, como ferramenta de trabalho pedagógico, a partir de 1996 com a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 9394/96) e em 1998 com o RCNEI (Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil). Estes documentos foram os precursores na compreensão da relevância que a música tem como linguagem e área de conhecimento que facilita as interações e aprendizagens das crianças na Educação Infantil.

A música na Educação Infantil torna-se relevante por fazer parte do cotidiano social e escolar da vida da criança. De acordo com Godoi (2011) a interação da criança com a música inicia na família e com objetos sonoros que fazem parte de seu cotidiano. E na escola a música é frequente em vários momentos: na hora do lanche, chegada, festividades e recreações.

Godoi (2011) apresenta valiosas dicas para o trabalho pedagógico do profissional de Educação Infantil. Aponta que o uso da música como ferramenta de trabalho pelo professor deve ser uma atividade significativa, devemos sempre levar em consideração os conhecimentos prévios dos alunos sobre as músicas, respeitando a bagagem cultural e social. As atividades pedagógicas envolvendo músicas devem ser contextualizadas com intencionalidade, oportunizando à criança a participar e se expressar.

Para Godoi (2011), o trabalho com a música na Educação Infantil auxilia na aprendizagem e no desenvolvimento integral da criança, propiciando seu desenvolvimento motor, cognitivo e emocional. São inúmeras possibilidades que o professor de Educação Infantil pode trabalhar com a música com as crianças e que não é necessário se ter objetos musicais caros para elaboração de um plano de trabalho. Um ambiente bem planejado e fazer uso de sucatas para construção de instrumentos musicais ou próprio corpo, são excelentes possibilidades de trabalhar diferentes sons com as crianças. Outro fator importante que Godoi (2011) traz em seu texto, é que o trabalho com música pode e deve ser usado para articular outros conhecimentos científicos de outras disciplinas, por exemplo: o uso de sucatas.

Desta maneira, a atividade com a música torna-se contextualizada e significativa. As experiências dos bebês com a linguagem musical num contexto de Educação Infantil.

Segundo Faria (2013) A criação musical feita pelas crianças pequenas vai além da sonoridade que é elaborado e envolve todo o processo da construção musical como se fosse uma brincadeira, uma descoberta dos sons, o trabalhar dos movimentos corporais e a invenção afluída das técnicas de como tocar os instrumentos musicais.

De acordo com Fuks (Apud LAZZARIN, 2000), A música nas creches e pré-escolas é utilizada como estratégias dos professores para promover controle sobre as crianças. Ou seja, momentos na formação de filas, organização do espaço ou da higienização das mãos envolve as músicas de comando com o intuito de domínio.

Para Faria(2013) o uso da música nas instituições como forma de controle pelos educadores, é considerada inadequada. Pois, o ideal da música nas propostas pedagógicas é incentivar a criança a expressar seus sentimentos, pensamentos, descobertas com os as diversidades dos sons e produzir sons de maneira criativa com o trabalho da linguagem musical. Pra que a música se torne significativa na vida das crianças, necessita que o professor tenha o conhecimento das estruturas e das características que engloba a música na educação.

Conforme o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI, BRASIL,1998) Expõe as seguintes características relevantes pra tratar a música na educação das crianças são: a apreciação que envolve o entendimento dos sons, do silêncio no ambiente e a percepção das estruturas que há na música, fazendo com que a criança alcance o prazer musical e a capacidade de analisar, observar e reconhecer essa linguagem; em seguida a produção com característica focada no imitação, experimentação, interpretação, improvisação e composição da música; Por último, tem a característica de refletir sobre a constituição musical, organização, dos produtos e produtores.

Segundo Ilari (2002) é a partir da 32ª semana de gestação humana que o sistema auditivo se completa. Neste período de gestação, o feto é exposto a sons interno e externo ao útero e inicia a memória acústica. O que explica o reconhecimento da voz da mãe e sons após seu nascimento. Para Ilari (2002) música na infância,

principalmente com bebês, é usada para acalmá-los na hora do sono ou nas brincadeiras. De acordo com Ilari (2002) os bebês são sujeitos ativos e ouvintes sofisticados de música. Eles são capazes de perceber os sons ao seu redor, percebendo à altura, os contornos melódicos, a escala, os acordes, os intervalos, o timbre, as formas e os ritmos.

Em relação à percepção dos bebês sobre a altura de notas e sons de músicas (LECANUET,2000, apud Ilari, 2002) afirma que desde o útero até três meses de vida, os bebês preferem ouvir notas e sons graves, mesmo ouvindo com facilidade sons agudos. E a partir dos seis meses os bebês preferem ouvir os sons agudos (WERNER e VANDENBOS, 1993, apud ILARI, 2002). A respeito dos contornos melódicos que é sobe e desce dos sons, a autora afirma serem importantes para o bebê por terem ligação afetiva com canções de ninar e estarem associadas ao som característico da fala da mãe.

Segundo os estudos de Ilari (2002) os bebês nascem predispostos para processar informações em relação a todas as escalas tanto as maiores quanto as menores de notas musicais e fonemas. E que no decorrer de seu crescimento, a percepção dessas escalas é modificada naturalmente com o processo de aculturação da criança com seu meio social.

A harmonia musical é um elemento musical importante para todo ouvinte, possuindo acordes simples e complexos e sobre isso (SCHELLENBERG e TREHUB, 1997, apud ILARI, 2002) sugere que a preferência dos bebês seja os acordes consonantes que são os mais simples.

Conforme Ilari (2002) as crianças pequenas conseguem perceber e diferenciar o timbre de diferentes instrumentos musicais e de vozes humanas. Elas associam o som musical de um instrumento com imagens visuais. Nesta fase a preferência em relação ao timbre da voz humana é o da mãe, devido ser um som que ela ouve desde quando estava no útero da mãe.

Quando os bebês adentram as escolas Educação Infantil, precisamente nas creches é relevante que haja uma preocupação com a formação integral dessas crianças, sendo necessário que se ensine o conhecimento sistematizado envolvidos ludicamente com a música. A oferta de um ambiente com musicalização contribui na

formação integral por mesclar a cognição, a motricidade e os sentimentos, despertando a criatividade.

De acordo com (BRÉSCIA,2003 apud, Pinheiro, Arruda, Ferreira e Franco 2021):

A musicalização é um processo de construção de conhecimento, que objetiva despertar e desenvolver o gosto musical, favorecer o desenvolvimento da sensibilidade, criatividade, senso rítmico, do prazer de ouvir música, da imaginação, memória concentração, atenção, autodisciplina, do respeito ao próximo, da socialização e afetividade, também contribuindo para uma efetiva consciência corporal e de movimentação. (p.1189)

Como podemos constatar na citação acima, a música é um excelente instrumento para ativar várias funções, entre as quais, estão as funções superiores citadas por Vygotsky. Para além de ativar essas funções, a música oferece alegria, entusiasmos e descontração, tudo que o ato de ensinar e aprender necessita. Segundo Pinheiro, Arruda, Ferreira e Franco (2021):

a música pode ser considerada a primeira arte na história de vida de qualquer ser humano, ela nos remete inconscientemente à vida uterina e aos batimentos do coração de nossa mãe. Além de estar presente na vida do ser humano o resto da vida, a música é utilizada na educação infantil com intencionalidade nos trabalhos pedagógicos. (p.1190).

O ritmo de desenvolvimento dos bebês é acelerado, desenvolvido e potencializados em função da plasticidade cerebral e aumento das redes neurais. (PAPALIA, OLDS, FELDMAN,2006 Apud, Pinheiro, Arruda, Ferreira e Franco, 2021, p. 1192). Neste sentido os bebês têm mais facilidade de desenvolver a cognição com ritmos musicais que possibilitem a participação, acompanhando os gestos, danças e imitando os sons. O desenvolvimento psicomotor também é beneficiado com atividades com músicas, sem falar do desenvolvimento afetivo, ligados a formação de identidade e desenvolvimento da autoestima.

Segundo Pinheiro, Arruda, Ferreira e Franco (2021): “nos berçários, brincadeiras que envolve músicas, canto e movimentos, possibilitam a percepção rítmica, mesmo porque, os bebês produzem ruídos e balbucios desde recém-nascidos”. (p.1197). Em relação a contribuição da música na linguagem verbal, Pinheiro Arruda, Ferreira e Franco (2021) esclarece que:

Até por volta de um ano e meio, a criança mais nos ouve do eu canta, no entanto já demonstra suas preferências e as acompanha de algum modo. Em um segundo momento, canta os finais das frases ou as partes preferidas e, muitas vezes, um pouco depois de nós. A partir dos 3 anos, a criança já entoa todo repertório do seu meio, cantando integralmente muitas das músicas conhecidas (p. 1197).

É nítido, nas rodas de músicas, presenciamos em creches e pré-escolas os bebês observando as professoras cantando e gesticulando os movimentos musicais. E por imitação reproduz esses movimentos e gestos quando vão desenvolvendo até chegar à linguagem verbal. Isso demonstra que os bebês são sujeitos ativos que produzem conhecimento na relação com os outros da mesma espécie.

Soares (2007, p. 12) enfatiza que: “[...] os bebês gostam de atividades musicais e se divertem. Os balbucios acompanham o canto e, balançando e sacudindo as perninhas parecem dançar ao ouvir a música.”. A autora adverte que desde os povos primitivos, a música esteve presente na história, comprovado por achados arqueológicos que indicam que as danças culturais marcam o início dos acontecimentos musicais. [...] no Egito, uma das civilizações mais antigas do mundo, a música era utilizada para fins religiosos, sociais e militares.

No contexto atual, em que a música se faz mais presente de todos os momentos dos sujeitos, Soares (2007), afirma que: o bebê imerso num contexto sonoro-musical, seja como ouvinte ou produtor de sons e movimentos, tem sua ação transformada mediante ao estímulo sonoro ou musical, revelando, nesse processo suas capacidades e possibilidades de aprendizagens, (p.42). por essa razão torna-se importante que seja propiciado a eles ambientes cada vez mais enriquecedor com vivências musicais adequadas.

De acordo com LOUREIRO (2009) Com o desenvolvimento dos métodos ativos no século XX e o movimento da escola nova inicia ideias para práticas educativas com músicas para crianças. Para Loureiro (2009), a educação musical nas escolas brasileiras segue mudanças legislativas e tendências pedagógicas. A obrigatoriedade do ensino de música nas escolas é recente aconteceu em 118 de agosto de 2008 com a lei 11.769 que torna obrigatório o ensino de música em todas as escolas públicas e privadas da educação básica do país.

Por volta de 1961 o ensino musical era de caráter optativo. E na época da ditadura militar e com a disciplina moral e cívica o apoio ao culto à pátria era frequente com canto ao patriotismo. A educação musical foi extinta na LDB, 5692/71 e voltou com a obrigatoriedade com a LDB 9394/96, com o termo de educação artística. O RCNEI foi um importante documento que orientava o trabalho com a música na Educação Infantil. Segundo Loureiro (2008):

para que o trabalho com a música seja eficaz e de qualidade, mesmo sabendo que os professores de Educação Infantil não têm, muitas vezes a formação específica em música, sugere-se a organização do tempo, espaço para introdução dos jogos brincadeiras e utilização de fontes sonoras e o registro musical entre outros.(p.20)

Estes espaços de Educação Infantil, permitem experiências estimulando a criatividade, experimentação e imaginação, desenvolvendo linguagens expressivas e possibilitando interação com os outros. De acordo com Ilari (2005) o aprendizado musical possui uma relação estreita com a leitura com o desenvolvimento da leitura e a consciência fonológica, (CUTIETTA, 11995, apud ILARI, 2005) sugere uma correlação entre a educação musical e o rendimento da leitura. Os estudos apontam que crianças musicalizadas tendem a ter uma melhor fluência na leitura.

Para Ilari (2002) música na infância, principalmente com bebês, é usada para acalmá-los na hora do sono ou nas brincadeiras. Os bebês são sujeitos ativos e ouvintes sofisticados de músicas. Eles são capazes de perceber os sons ao se redor, percebendo à altura, os contornos melódicos, a escala, os acordes, os intervalos, o timbre, as formas e os ritmos.

Em relação à percepção dos bebês sobre a altura de notas e sons de músicas (LECANUET,2000, apud Ilari,2002) apresenta que desde o útero até três meses de vida, os bebês preferem ouvir notas e sons graves, mesmo ouvindo com facilidade sons agudos. E a partir dos seis meses (WERNER e VANDENBOS, 1993, apud ILARI, 2002) afirmam que os bebês preferem ouvir os sons agudos. A respeito dos contornos melódicos que é o sobe e desce dos sons, a autora afirma serem importante para o bebê por terem ligação afetiva com canções de ninar e estarem associadas ao som característico da fala da mãe.

De acordo com BRITO(2003) O trabalho pedagógico com música na educação infantil não necessita que os professores sejam formados na área, também não visa formar a criança um músico, mas que considera importante o engajamento desse trabalho nas atividades pedagógicas porque contribui para formação integral da criança em creches e pré-escolas.

Segundo BRITO (2003) assegura que é importante respeitar o processo de desenvolvimento da expressão musical infantil, porém não significa que devemos ausentar algumas intervenções pedagógicas. Neste sentido o professor deve atuar sempre como:

[...] animador, estimulador, provedor de informações e vivências que irão enriquecer e ampliar a experiência e os conhecimentos das crianças, não apenas do ponto de vista musical, mas integralmente, o que deve ser o objetivo prioritário de toda proposta pedagógica, especialmente na etapa da educação infantil. (BRITO, 2005, p.45).

Portanto, a Educação Infantil é um campo com inúmeras possibilidades de trabalho com a linguagem musical, requerendo do professor ampliação do saber, disposto à necessidade de cada criança, atento as falas, os gestos e as brincadeiras das crianças, sempre ampliando conhecimento por meio da imitação, escuta e improvisação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos estudos realizados para construção desta monografia, foi possível perceber a importância que tem a música no processo de ensino aprendizagem dos bebês. O tema é de extrema relevância a ser discutido no campo educacional, por ser um suporte lúdico entre o ensinar e o aprender. Neste sentido, torna necessário que professores considerem a temática como indispensável em suas práticas pedagógicas.

É pertinente que haja mais discussão dessa abordagem nos cursos de licenciaturas, pois são os professores que irão formar outros seres humanos. Tornando necessário que a formação de professores seja repensada. A educação precisa de Professores comprometidos com a função social de zelar pelo direito da criança de aprender considerando a musicalização uma ferramenta eficaz e que qualifica o trabalho docente nos trabalhos com bebês,

Nas minhas experiências de estudante, acadêmica, e estagiária percebi que formar professores é bem complexo, porque muitos saem do curso de formação não sabendo lidar com a valorização da prática pedagógica que utiliza a música no processo de ensino e aprendizagem, eles concebem a sala de aula como ambiente de desenvolver somente o intelecto. Outros reproduzem sem perceber as experiências de sua escolarização. A perspectiva desse trabalho contribuir com leitores educadores a refletir sua prática docente, que permitam ser afetados, ajudando seu aluno a chegar ao conhecimento com mais êxito.

Em consonância com o estudo da temática, percebe-se que a Educação Infantil é respaldada nos documentos legais que orienta a utilização da música nas práticas pedagógicas, fazendo deste suporte um instrumento de auxílio nas brincadeiras, na hora do banho, lanche, organização de brinquedos, no aprendizado de conteúdos científicos etc. Neste sentido a música torna as metodologias pedagógicas enriquecedoras, além de possibilitar ampliação do vocabulário e desenvolvimento integral do sujeito.

Conclui-se que a discussão abordada nesta monografia não se esgotou totalmente. Ela deve ser discutida com mais ênfase em outras ocasiões, inclusive na formação de professores, onde se percebe que o assunto é abordado de forma superficial. De forma alguma quero dizer que com isso os professores concluirão o

curso sendo pessoas afetivas, porque isso requer tempo. Se ao menos saírem do curso de licenciatura concebendo a importância da utilidade da música nas práticas pedagógicas, como forma de facilitar o processo de ensino aprendizagem. Certamente a educação tomaria outro rumo e a sociedade teria pessoas comprometidas com a formação integral do sujeito.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Base Nacional Comum Curricular**, educação é a base, Brasília, 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Plano Nacional de Educação 2014-2024**. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria da Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica / Ministério da Educação**. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília, MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRITO, Teca Alencar. **Música na Educação Infantil – propostas para a formação integral da criança**. São Paulo: Editora Petrópolis, 2003.

FARIA, Bruna Aline; **As experiências dos bebês com a linguagem musical num contexto de educação infantil**, Florianópolis, 2013.

FILIPIM, Priscila Viviane de Souza; ROSSI, Ednéia Regina; RODRIGUES, Elaine. **História da Institucionalização da Educação Infantil: dos espaços de assistência à obrigatoriedade de ensino (1875-2013)**. Rev. HISTEDBR on line, Campinas, v.17, n.2 [72], p. 605-620, abr./jun. 2017.

GOBATTO, Carolina. **“Os bebês estão por todos os espaços!”: um estudo sobre a educação dos bebês nos diferentes contextos de vida coletiva da escola infantil**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 2011.

GODOI, Luis Rodrigo; **A importância da música na Educação Infantil**. Londrina, 2011. GODOI, Luis Rodrigo; **A importância da música na Educação Infantil**. Londrina, 2011.

ILARI, Beatriz. **A Música e o desenvolvimento da mente no início da vida: investigação fatos e mitos**. Revista Eletrônica de Musicologia. Vol. IX, 2005.

ILARI, B. S. **Bebês também entendem de música: a percepção e a cognição musical durante o primeiro ano de vida**. Revista da ABEM 7, 2002.

LOUREIRO, Sonia Regina Cattelino. **Música na Educação Infantil, além das festas comemorativas**. São Paulo, 2009.

PINHEIRO, Fernanda Viana, et al. **A contribuição da música na Educação Infantil**. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, São Paulo, v.7, n.7, jul, 2021.

SOARES, Cintia Vieira da Silva. **A música na Educação Infantil: O movimento dos bebês em ambientes musical**, Goiânia, 2007